

ARTIGO

Seu voto não está à venda: escolher bem também é fazer política

Em época de eleição, o eleitor costuma ouvir muitas promessas. Obras que serão feitas, problemas que serão resolvidos, empregos que serão criados e uma lista quase interminável de compromissos apresentados por candidatos em busca de votos. Mas, diante de tantas propostas, fica uma pergunta importante: como escolher quem realmente merece representar a população?

A resposta começa por algo básico, mas que muitas vezes é deixado de lado: não vender o voto.

Vender ou trocar o voto por dinheiro, benefício, combustível, cesta básica ou qualquer outro tipo de vantagem pode parecer, em um primeiro momento, uma forma de levar algum benefício para casa. Mas a conta pode ser muito maior depois. O voto é uma das poucas ferramentas que o cidadão tem para escolher quem terá poder de decisão sobre saúde, educação, segurança, impostos, empregos, infraestrutura e tantos outros assuntos que interferem diretamente na vida das pessoas.

Quando o voto é negociado, a população corre o risco de colocar no poder alguém que não está preocupado com o interesse coletivo, mas com os próprios interesses.

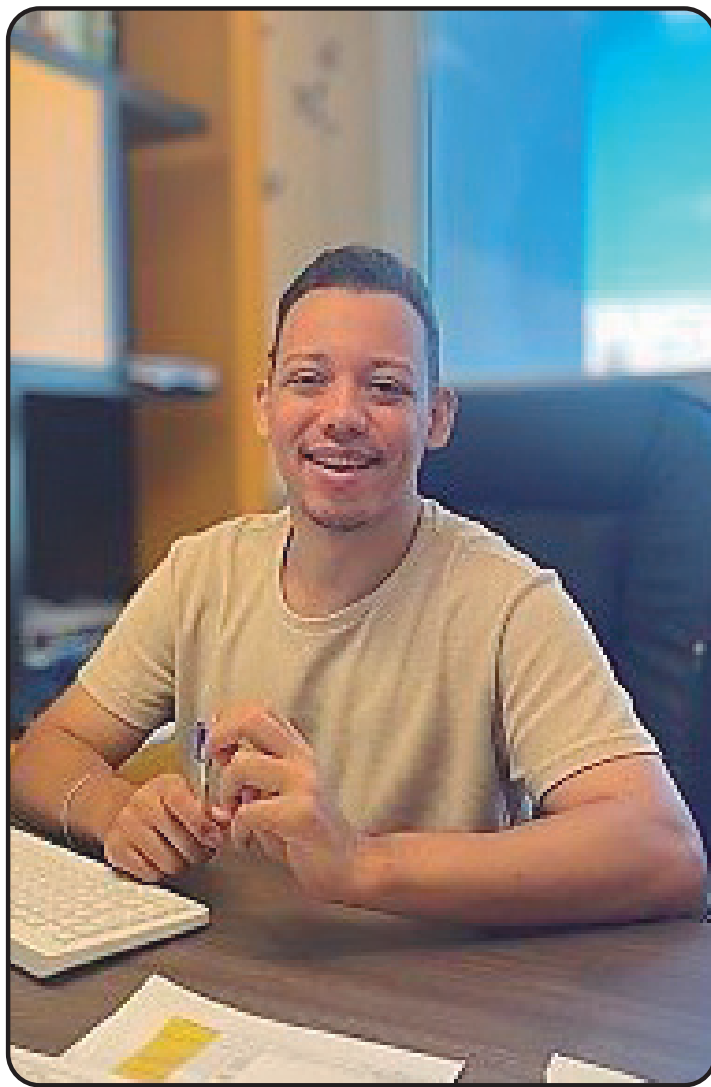
Também é preciso entender que escolher bem não significa simplesmente votar em quem promete mais.

Promessa bonita qualquer candidato pode fazer. O que diferencia um político é sua trajetória, suas atitudes, sua capacidade de apresentar propostas possíveis e, principalmente, aquilo que fez quando já teve a oportunidade de exercer algum cargo público.

É importante olhar para o passado antes de acreditar no futuro prometido.

O candidato já ocupou algum cargo? O que fez? Cumpriu compromissos anteriores? Como se posicionou diante de problemas importantes? Teve participação em projetos que melhoraram a vida da população? Como trata as pessoas quando não está diante das câmeras?

Essas perguntas podem revelar muito mais do que



uma propaganda eleitoral bem produzida.

Outro cuidado importante é não escolher um candidato apenas porque ele é famoso, aparece muito nas redes sociais ou possui uma grande estrutura de campanha. Popularidade não é sinônimo de competência. Número de seguidores também não representa capacidade para administrar dinheiro público ou criar leis que beneficiem a sociedade.

O eleitor precisa olhar além da propaganda.

É claro que nenhum candidato será perfeito. A política é feita por pessoas, e pessoas possuem erros, acertos, opiniões e contradições. Mas isso não significa que devemos abandonar a responsabilidade de analisar quem está pedindo nosso voto.

Aliás, talvez um dos maiores problemas da política esteja justamente na falta de participação do cidadão depois da eleição.

Muitas pessoas reclamam que “político é tudo igual”, que

“política não presta” ou que “nenhum candidato presta”. Mas, se a política é ruim, uma das formas de começar a mudar esse cenário é justamente prestar mais atenção em quem está sendo escolhido.

O voto não termina na urna.

Depois da eleição, é preciso acompanhar o mandato. Saber quem votou em determinado projeto, quais promessas foram cumpridas, como os recursos públicos estão sendo utilizados e se o representante continua defendendo aquilo que prometeu durante a campanha.

Representar a população deveria significar colocar o interesse público acima dos interesses pessoais e eleitorais.

Por isso, o diferencial de um bom candidato não está apenas na capacidade de falar bem ou de emocionar o eleitor. Está na disposição de trabalhar, ouvir, prestar contas e assumir responsabilidades mesmo quando determinada decisão não rende aplausos ou votos.

A população não precisa de salvadores. Precisa de representantes preparados, responsáveis e comprometidos com aquilo que realmente importa para a sociedade.

Nas eleições, portanto, vale desconfiar de quem oferece soluções fáceis para problemas complexos. Vale pesquisar. Comparar. Perguntar. Cobrar. E, principalmente, não trocar uma escolha que pode

durar quatro ou oito anos por uma vantagem que pode durar apenas alguns dias.

O voto tem valor muito maior do que qualquer benefício recebido durante uma campanha.

Escolher bem não significa acertar sempre. Significa tomar uma decisão consciente, baseada em informações e não apenas em amizade, fanatismo, promessa ou interesse imediato.

A política já carrega uma imagem negativa diante de boa parte da população. Mudar essa percepção também depende do eleitor. Quando pessoas preparadas e comprometidas conseguem espaço, a política pode deixar de ser vista apenas como disputa por poder e voltar a ser entendida pelo que deveria ser: uma ferramenta para melhorar a vida coletiva.

No fim, a escolha está nas mãos de cada eleitor.

E talvez a pergunta mais importante antes de apertar o botão da urna não seja “o que esse candidato pode me dar?”, mas sim:

“O que essa pessoa pode fazer pela sociedade se eu entregar a ela o meu voto?”

Lucas Leite, jornalista, assessor de imprensa, social mídia, empresário e editor chefe do COPopular, instagram @luucasleite email jornalista@luucasleite@gmail.com

EDITORIAL

VOTO CONSCIENTE



Em períodos eleitorais, cresce a circulação de promessas, discursos emocionados e propostas que, muitas vezes, parecem resolver problemas históricos de forma simples. É justamente nesse cenário que se torna ainda mais importante

a reflexão sobre a escolha do voto.

Avaliar quem irá ocupar cargos públicos não deve ser um ato guiado apenas por simpatia, identidade partidária ou discursos de ocasião. O voto é uma decisão com impacto direto na vida cotidiana: na saúde,

na educação, na infraestrutura, na segurança e na gestão dos recursos públicos.

Por isso, é fundamental observar a trajetória dos candidatos, sua coerência ao longo do tempo, suas responsabilidades anteriores e a capacidade real de executar aquilo que defendem em campanha. Promessas devem ser analisadas com cautela, especialmente quando não vêm acompanhadas de planejamento, dados ou histórico de entrega.

Também é importante considerar o comportamento público dos postulantes ao longo do mandato, ou de suas atuações anteriores em cargos políticos, administrativos ou representativos. A forma como lidam com o diálogo institucional, com a fiscalização e com a prestação de contas diz muito sobre como poderão agir no exercício do poder.

Outro ponto essencial é

buscar informação de diferentes fontes, evitando decisões baseadas apenas em recortes de redes sociais ou conteúdos descontextualizados. O acesso a informações mais amplas ajuda a reduzir distorções e amplia a capacidade de análise.

O voto consciente não significa perfeição na escolha, mas sim responsabilidade na decisão. Em uma democracia, cada eleição é uma oportunidade de correção de rumos, e essa possibilidade depende diretamente da atenção e do critério de cada eleitor.

Mais do que uma obrigação formal, o voto é uma forma de participação ativa na construção do futuro coletivo. E quanto mais qualificada for a avaliação de quem recebe esse voto, mais fortalecidas tendem a ser as instituições e a própria vida pública.

NEXO
MT**A INFORMAÇÃO QUE
CONECTA MATO GROSSO.**

NOTÍCIAS



POLÍTICA



POLÍCIA



CIDADES



ECONOMIA

Acesse agora e fique sempre **bem informado.**

ACESSE AGORA

nexomt.com.br

CARLOS FÁVARO – SENADOR

LUCAS LEITE

“Eu nunca briguei com o Mauro Mendes”, afirma Fávoro sobre rompimentos políticos



COPopular- Senador, sua trajetória política é marcada por alianças que, em diferentes momentos, terminaram em rompimentos, primeiro com o ex-governador Pedro Taques, depois com Mauro Mendes e, mais recentemente, com Neri Geller. Agora, o senhor volta a dividir o mesmo palanque com Pedro Taques na disputa pelo Senado. O que explica essa sequência de aproximações e rompimentos: diferenças de convicção, mudanças de circunstâncias políticas ou uma estratégia mais pragmática?

Fávoro- Eu não cultivo inimizade na minha vida, zero. Peço a Deus todos os dias que limpe meu coração de qualquer mágoa, de qualquer divergência.

Agora, é fato que pode haver momentos em que você tem uma divergência e não consegue caminhar junto. Mas, se você não cultivar o ódio, não cultivar inimizades, as composições podem acontecer.

Eu nunca briguei com o Pedro Taques. Nós nunca tivemos uma desavença. Eu nunca briguei com o Mauro Mendes, nunca briguei com o Neri Geller.

O Neri tem uma história de 40 anos em Lucas do Rio Verde. Eu sempre o apoiei e ele sempre me apoiou. Teve um episódio que ficou comprovado que não houve nada de errado, mas o presidente pediu que fosse feito um afastamento para dar transparência à investigação.

Então, eu acho que é normal. A gente não pode criar inimizade em hipótese alguma. A composição e o diálogo fazem parte da política, e eu cultivo isso com muita dedicação.

COPopular- Senador, especificamente sobre o rompimento com Pedro Taques, na época o senhor chegou a divulgar um documento com os motivos que levaram ao afastamento, destacando questões políticas e administrativas, e não pessoais. O que mudou desde então para que houvesse essa reaproximação? Como foram as conversas e os bastidores que levaram o senhor a voltar a dividir o mesmo projeto político com ele?

Fávoro- Eu fico muito fe-

liz quando encontro um companheiro que diz assim: “Ô, Fávoro, que bom! Você nos ajudou a fazer essa unidade em torno do campo progressista no estado de Mato Grosso”.

Vocês sabem que, nos últimos 30 anos, nunca aconteceu uma unidade no campo progressista. Nunca se conseguiu unir todos os partidos políticos por uma causa maior. E, desta vez, nós conseguimos.

E como conseguimos? Com diálogo. Eu demonstrei publicamente: “Pedro, não tem nada pessoal. Se você for um dos escolhidos pelos partidos para ser um companheiro na segunda vaga, em uma chapa, não teremos problema nenhum”.

Em algum momento, por exemplo, o PDT falou: “Olha, tem uma mágoa aqui no PDT porque o Pedro Taques já foi do PDT quando foi governador e saiu”. Eu chamei a presidência do PDT: “Gente, o projeto é maior. Nós temos um projeto na busca da reeleição do presidente Lula. A gente tem que passar por isso”.

E dei o meu próprio exemplo: “Eu não rompi com o Pedro, mas não criei inimizade. Está tudo certo. Vamos trabalhar pela frente”.

Acho que esses exemplos e o esforço de todo, não foi só do Carlos Fávoro, foram fundamentais. Foi o esforço do PDT, do PSB, da Rede, do PSOL, da Rosa Neide, que foi fundamental na organização do PT, do PV, do Stopa.

Percebe que todo mundo, o PCdoB, o Alexandre César, que veio ajudar, todos nós conversamos muito.

Veja que, na convenção, foi uma bela festa da democracia. Estava lotado de gente, todo mundo empolgado, animado, e não trocou ninguém na chapa. Está tudo unido, tudo certinho.

Então, é a força de um grupo que sabe o seu objetivo, um objetivo maior, que é reeleger o presidente Lula para ele continuar avançando com as mudanças, mudanças em favor das pessoas que mais precisam.

E eu tenho certeza de que o resultado dessa unidade vai ser a vitória nas eleições.

COPopular- Senador, ao longo da sua trajetória política, o senhor já foi chamado de “traidor” por adversários, principalmente em razão das alianças e dos rompimentos que marcaram sua carreira. Como o senhor reage a esse tipo de crítica?

ca? E, olhando para trás, existe algum rompimento ou decisão política que o senhor faria de forma diferente hoje?

Fávoro- Eu não cultivei nenhuma inimizade. Acho que são conjunturas do momento, situações em que você está, uma composição melhor ou um pensamento ideológico mais ajustado.

Eu não trato dessa forma. Posso dizer, por exemplo, que todas as pessoas com quem, em determinado momento, eu não caminho mais junto, quando caminhei, eu caminhei de verdade. Eu ajudei de verdade, estive junto de verdade. Acho que é assim que funciona a política.

E tenho certeza de que o eleitor consegue perceber isso

“ Senador relembra rompimentos com antigos aliados, explica a reaproximação com Pedro Taques e fala sobre as alianças para 2026 ”

na minha formação e no meu histórico.

COPopular- Senador, Eraí Maggi, um dos sócios da Bom Futuro e uma figura importante do agronegócio, é também um aliado histórico do senhor e já manifestou publicamente o desejo de vê-lo eleito ao Senado ao lado de Mauro Mendes, além da reeleição de Otaviano Pivetta ao governo. Durante as negociações para a formação das alianças, houve a possibilidade de os três estarem no mesmo palanque? O que foi discutido nesse sentido e por que essa composição não avançou?

Fávoro- Primeiro, quero dizer que tenho muito orgulho do apoio do Eraí e também do ex-governador Blairo Maggi. O Blairo é em quem me espelho na política. Entrei na política pelas mãos dele e tive seu apoio quando fui vice, senador e também quando fui ministro da Agricultura, inclusive junto com o presidente Lula e vários produtores rurais.

O senador e candidato à reeleição Carlos Fávoro (PSD) falou sobre alianças, rompimentos e a formação do grupo político que pretende disputar as eleições de 2026 em Mato Grosso. Ele afirmou que não guarda mágoas de antigos aliados e atribuiu os afastamentos ao cenário político de cada período.

Fávoro também comentou a reaproximação com o ex-governador Pedro Taques, que agora aparece novamente ao seu lado na disputa por uma das duas vagas ao Senado, e respondeu às críticas de adversários que o classificam como “traidor”. O senador ainda explicou por que considera improvável uma composição no mesmo palanque com Mauro Mendes e Otaviano Pivetta e falou sobre a escolha de seus suplentes.

Na entrevista, Fávoro defendeu a união do chamado campo progressista em torno da candidatura à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e afirmou que a composição construída para a eleição representa, na avaliação dele, uma mudança no cenário político de Mato Grosso.

Ao longo da conversa, o senador também destacou a participação feminina na política, citou sua atuação no Senado e afirmou que pretende manter uma relação alinhada com os futuros suplentes durante o mandato. Em entrevista ao PodOlhar.

As pessoas, dentro da democracia, têm suas preferências. Esse era o sonho que o Eraí imaginava para essa conjuntura, mas, na prática, não é possível, não tem lógica. Respeito, gosto muito e fico feliz com o apoio deles, mas meu projeto é caminhar dentro do nosso grupo político, com total dedicação.

E nós temos uma grande novidade: teremos a primeira governadora mulher da história de Mato Grosso. Construí isso passo a passo com a doutora Natália. Convidei-a para o PSD e disse que poderíamos construir juntos a candidatura que ela quisesse.

Ela foi conquistando espaço e, em determinado momento, tornou-se candidata ao governo. Eu fui apoiando e trabalhando para aproximá-la da Federação Brasil da Esperança, porque ali será o palanque do presidente Lula.

Então, o desejo do Eraí de reunir todos no mesmo palanque não é possível. Estamos construindo nosso projeto com muita dedicação e tenho certeza de que teremos uma eleição histórica para o nosso campo político.

COPopular-Senador, quando o senhor deixou o Senado para assumir o Ministério da Agricultura, sua suplente, Margarete Buzetti, passou a ocupar a cadeira e adotou uma postura de oposição ao governo, enquanto o senhor atuava na base. Agora, na formação da nova chapa, o senhor demonstrou mais preocupação com a escolha dos suplentes. Houve uma mudança de estratégia? O senhor pretende garantir um alinhamento político mais claro entre os suplentes e o seu projeto, ou ainda pode haver alguma surpresa nessa composição?

Fávoro- Eu não trato isso como nenhum problema muito grave, não. Quando nós elegemos lá atrás, eu não fico olhando cor partidária ou bandeira partidária. Eu gosto de princípios.

Eu achava, e continuo achando, fundamental a presença das mulheres na política. Eu já aprovei três PECs, e é muito difícil aprovar uma emenda à Constituição. Três PECs de minha iniciativa viraram lei no Brasil, além de alguns projetos de lei.

O que considero mais relevante é a PEC e o projeto de lei que determinam a obrigatoriedade de 30% das vagas nas chapas serem ocupadas por mulheres e que, no mínimo, 30% do tempo

de televisão e dos recursos dos partidos sejam destinados às mulheres, para que elas possam participar da política.

As mulheres vivem de fato o dia a dia e conhecem, muitas vezes, melhor que os homens a ausência do poder público. É ela quem leva o filho à escola e vê as condições do local, quem normalmente vai ao posto de saúde, quem sente a falta de água em casa e os transtornos que isso gera. A mulher precisa vir para a política.

Então, montamos uma chapa lá atrás com a participação da Margarete Buzetti e, agora, fiz questão de ter a Carmen Machado, uma servidora pública, uma mulher dedicada, junto comigo e com o Alexandre Schenck, para continuarmos tocando esse projeto.

O Schenck vem do agronegócio, que é uma força econômica do nosso Estado, e vem do interior. A Carmen é uma mulher guerreira, servidora pública, e tenho certeza de que vai nos ajudar a cumprir os compromissos com todos os servidores públicos de Mato Grosso.

Eu me defino como um político que se tornou muito municipalista. Ajudei os 142 municípios de Mato Grosso. Nunca olhei bandeira partidária, se o prefeito era do PL, de outro partido, qual era a cor política, se gostava ou não do Fávoro, se tinha apoiado ou não. Eu não olhei para isso. Olhei para as pessoas, atendi a todos e com muita dedicação.

E acho que o resultado vai acontecer.

Voltando à Margarete: ela assumiu como senadora antes mesmo de eu ser ministro. E vai ser assim também agora. Quero dizer aos eleitores: prestem atenção em como a gente se tratou no passado para olhar para o futuro.

O Schenck vai ser senador. Nós vamos revezar, e ele vai defender as pautas e os compromissos que assumiu nesta eleição. A Carmen também vai ser senadora, assim como Zé Lacerda assumiu anteriormente. Por uma articulação minha, ele vai defender essas pautas. Quando pediu voto, fez compromissos com os eleitores e vai ajudar também a trabalhar no mandato pelos resultados.

A Margarete assumiu antes mesmo de eu ser ministro. Depois, eu me tornei ministro e ela permaneceu mais tempo no Senado. Ela tinha seus ideais e, muitas vezes, discordava ideologicamente. A gente tem que respeitar. Só que o mandato é do titular.

ELEIÇÃO 2026

REDAÇÃO

Juca do Guaraná ganha força e pode garantir segundo mandato na AL-MT

Deputado aposta na experiência política, na presença na Baixada Cuiabana e na construção de alianças para tentar renovar o mandato em 2026

A disputa por uma cadeira na Assembleia Legislativa de Mato Grosso promete ser uma das mais acirradas das eleições de 2026. Entre os nomes que aparecem no radar político está o deputado estadual Juca do Guaraná, que trabalha para garantir a permanência no Legislativo estadual por mais uma legislatura.

Atual deputado estadual, Juca confirmou publicamente que pretende disputar a reeleição e declarou a intenção de permanecer no MDB, partido pelo qual construiu parte importante de sua trajetória política.

A experiência acumulada pode ser um dos principais trunfos do parlamentar. Antes de chegar à Assembleia Legislativa, Juca teve atuação na política de Cuiabá e chegou à presidência da Câmara Municipal. A passagem pelo Legislativo municipal ajudou a construir uma rede de contatos que hoje pode ser importante para sua campanha estadual.

A força de Juca está especialmente relacionada à região metropolitana de Cuiabá, onde construiu sua carreira política. A capacidade de dialogar com lideranças municipais, vereadores e diferentes grupos políticos poderá ser



decisiva na tentativa de ampliar sua votação.

Além da experiência eleitoral, o deputado também ocupa espaço institucional na Assembleia Legislativa. Publicação oficial da AL-MT registra Juca do Guaraná entre os integrantes do bloco parlamentar do Movimento Democrático Brasileiro.

Para analistas do cenário político, a eleição para deputado estadual deverá exigir dos candidatos uma combinação de presença regional, articulação partidária e capacidade de mobilização. Nesse ambiente, quem já possui mandato

parte com alguma vantagem, embora a reeleição não esteja garantida.

A fotografia eleitoral de setembro ainda pode sofrer alterações. Juca aparece oficialmente entre os candidatos a deputado estadual de Mato Grosso nas eleições de 2026, com o nome de urna Juca do Guaraná e número 45.789. Os dados divulgados com base no cadastro eleitoral indicam, contudo, que sua candidatura ainda aguardava julgamento no momento da consulta.

Esse ponto jurídico deve ser acompanhado durante o processo eleito-

ral, já que a situação do registro pode ser atualizada pela Justiça Eleitoral.

Outro fator que chamou atenção na formação das chapas foi o interesse de outras legendas pelo parlamentar. Em abril, o PSD chegou a manter conversas para tentar levar Juca para a sigla e fortalecer sua chapa proporcional.

A movimentação demonstra que o deputado é considerado um nome eleitoralmente relevante dentro do tabuleiro partidário.

Para garantir um novo mandato, Juca terá o desafio de não depender ex-

clusivamente da votação em Cuiabá. A tendência é que candidatos competitivos procurem ampliar sua presença no interior, formando alianças e buscando votos em diferentes regiões do Estado.

A estratégia deverá passar por uma combinação entre sua base tradicional na Baixada Cuiabana e novos apoios construídos ao longo da campanha.

O deputado chega à disputa com o conhecimento de quem já enfrentou eleições proporcionais e conhece as particularidades do sistema de votação para a Assembleia Legislativa.

Juca foi eleito deputado estadual em 2022 e agora busca a renovação do mandato. Dados eleitorais disponíveis indicam que ele possui histórico de candidaturas anteriores, incluindo a disputa para vereador e a eleição para deputado estadual.

A avaliação nos bastidores é de que, mantendo sua estrutura política e ampliando alianças, o parlamentar pode entrar na lista dos candidatos com condições reais de conquistar uma das cadeiras da AL-MT.

Entretanto, a disputa proporcional deverá ser marcada por forte concor-

rência. A composição das chapas, o desempenho dos partidos e federações, além da distribuição regional dos votos, poderão alterar significativamente as chances individuais de cada candidato.

A reta final da campanha deverá mostrar se Juca conseguirá transformar sua experiência e sua estrutura política em votos suficientes para confirmar a reeleição.

O cenário aponta para uma disputa aberta, mas o deputado possui ativos importantes: experiência parlamentar, histórico eleitoral, conhecimento da política cuiabana e capacidade de articulação partidária.

Se conseguir consolidar sua base e avançar sobre novos redutos eleitorais, Juca do Guaraná poderá chegar às urnas como um dos nomes competitivos na corrida por uma cadeira na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

A eleição, porém, ainda está em movimento. Como ocorre em toda disputa proporcional, alianças, chapas, desempenho partidário e a força individual de cada candidato serão determinantes para definir quem terá direito a mais quatro anos de mandato.

RUMO A CÂMARA FEDERAL

REDAÇÃO

Irajá Lacerda aparece com 0,5% e enfrenta disputa acirrada por vaga

Cenário reúne nomes conhecidos na disputa e aumenta a pressão sobre quem já ocupa uma cadeira na Câmara dos Deputados

A disputa pelas vagas de Mato Grosso na Câmara dos Deputados promete ser uma das mais concorridas das eleições de 2026. Entre os parlamentares que buscam a reeleição está Irajá Lacerda (PSD), que terá pela frente uma corrida com diversos candidatos e bases eleitorais consolidadas.

Em levantamento espontâneo do instituto MT Dados citado na pré-campanha, Irajá aparece com 0,5% das intenções de voto. O percentual não permite projetar o resultado, mas mostra um cenário pulverizado e indica o desafio de consolidar seu nome diante dos concorrentes.

O parlamentar já apareceu em posições diferentes em pesquisas anteriores. Em julho, um levantamento chegou a colocá-lo à frente de alguns deputados que também disputam a renovação do mandato. Posteriormente, outro estudo apontou Irajá com 1,7%.

As diferenças podem estar relacionadas ao período, metodologia, amostra e ao cenário apresentado



aos entrevistados. Os dados, porém, reforçam que a disputa ainda está aberta.

Entre os nomes cotados para a Câmara estão Professora Rosa Neide, Coronel Fernanda, Fábio Garcia, Nilson Leitão, Neri Geller e outros políticos que buscam espaço na bancada federal. Com vários candida-

tos disputando regiões e grupos semelhantes, pequenas diferenças na votação podem alterar significativamente o resultado.

A eleição proporcional também depende do desempenho dos partidos e federações, da distribuição dos votos entre os candidatos e do cálculo do quociente eleitoral.

Por isso, a votação individual é apenas uma parte da equação.

Uma das principais bases de Irajá está na Região Oeste de Mato Grosso. A atuação e as alianças construídas no interior podem garantir uma parcela importante dos votos, mas o desafio será ampliar essa presença para outras regiões.

O desempenho do PSD também terá peso. A composição da chapa e a distribuição dos candidatos pelo Estado podem influenciar diretamente as chances da legenda de conquistar cadeiras.

Irajá conta ainda com uma rede de articulação política construída ao longo da carreira. Entre os apoiadores está o senador José Lacerda, seu pai, que possui trajetória política em Mato Grosso e pode participar das articulações em torno da candidatura.

No entanto, apoio político não representa transferência automática de votos. O desempenho nas urnas dependerá também da presença do candidato nos municípios, da capacidade de comunicação e da avaliação do eleitor.

Outro desafio será transformar a atuação em Brasília em reconhecimento eleitoral. Projetos, emendas, recursos destinados aos municípios e ações realizadas durante o mandato podem ser utilizados na campanha, mas precisam

chegar ao eleitor como resultados concretos.

Com 142 municípios e diferentes realidades regionais, Irajá terá de ampliar sua presença para além de sua base tradicional. A concorrência por votos tende a aumentar conforme as alianças municipais forem definidas e a campanha avançar.

Os 0,5% registrados em um dos levantamentos não significam que o deputado esteja fora da disputa, mas servem como sinal de que a reeleição não está garantida.

Irajá chega à corrida com mandato, experiência política e uma base construída no interior, mas enfrenta concorrentes com estruturas próprias. Para permanecer na Câmara, terá de fortalecer suas alianças, ampliar sua votação e contar também com uma composição competitiva do PSD.

Em uma eleição proporcional marcada por muitos candidatos, a diferença entre conquistar ou perder uma cadeira pode ser definida por poucos milhares de votos.

EM SUA 1ª ELEIÇÃO

REDAÇÃO

Jéssica Riva cresce nas pesquisas e entra na disputa por uma vaga na AL-MT

Empresária aparece em levantamentos espontâneos e amplia articulações pelo interior; cenário ainda é de indefinição para a eleição de deputado estadual

A empresária Jéssica Riva (MDB) começa a ganhar espaço na disputa por uma cadeira na Assembleia Legislativa de Mato Grosso em 2026. Estreante em eleições, ela passou a aparecer em levantamentos de intenção de voto e intensificou a agenda política pelo interior do Estado.

Em pesquisa espontânea do MT Dados citada no cenário eleitoral, Jéssica registrou 0,5% das intenções de voto. Apesar de o percentual ainda ser baixo, o resultado ocorre em uma disputa marcada por elevado grau de indefinição: 69,1% dos entrevistados não souberam ou não responderam em quem pretendem votar.

Outro levantamento atribuído à Percent Brasil também colocou Jéssica entre os nomes lembrados dentro do MDB. Já dados atribuídos ao Data Index apontaram 1,06% na pesquisa espontânea de julho.

Os números, contudo, devem ser analisados com cautela. Em uma eleição proporcional, percentuais baixos podem sofrer alterações significativas ao longo da campanha, especialmente quando existe grande número de eleitores sem candidato definido.

Embora seja novata nas urnas, Jéssica chega à disputa com um sobrenome conhecido na política de Mato Grosso.

Ela é filha do ex-presidente da Assembleia Legislativa José Riva e irmã da deputada estadual Janaína Riva, que também

está se movimentando para disputar uma das vagas ao Senado em 2026.

A trajetória política da família pode facilitar o acesso a lideranças e grupos políticos, mas também coloca sobre a candidata o desafio de construir uma identidade própria.

A estratégia de Jéssica tem sido associar a experiência adquirida no ambiente político à construção de uma carreira independente, sem depender exclusivamente do histórico familiar.

A movimentação pelo interior é um dos principais componentes da pré-campanha.

Jéssica tem ampliado contatos com lideranças políticas, empresariais e comunitárias, especialmente em municípios do interior e na região Norte do Estado, onde possui vínculos familiares e políticos.

Para uma candidatura à Assembleia, essa estratégia é importante.

Diferentemente de uma eleição majoritária, em que o candidato precisa conquistar uma maioria estadual, a disputa proporcional permite a formação de bases concentradas em determinadas regiões. Mesmo assim, ampliar a votação para diferentes municípios pode aumentar as chances de eleição.

O desafio será transformar presença política e apoio de lideranças em votos efetivos.

A composição do MDB também será determinante para as chances de Jéssica.



O partido reúne nomes com diferentes níveis de força eleitoral, incluindo parlamentares que já possuem mandato e candidatos com bases consolidadas.

A disputa interna pode ser intensa, mas uma chapa competitiva também pode aumentar as possibilidades da legenda de conquistar cadeiras.

Na eleição proporcional, portanto, a votação individual não é o único fator a ser considerado. O desempenho da legenda e a distribuição dos votos entre os candidatos também interferem no resultado.

A candidatura de Jéssica também ocorre em meio ao debate sobre a participação das mulheres na política.

Durante a pré-campanha, ela tem defendido uma presença maior de mulheres nos espaços de decisão e busca utilizar essa pauta como parte de sua construção política.

Caso consiga consolidar sua candidatura, Jéssica poderá representar uma das apostas do MDB para ampliar a presença feminina na Assembleia.

A eleição, porém, dependerá menos do discurso e mais da capacidade de transformar essa identificação em votos.

A presença simultânea de Jéssica e Janaína no cenário eleitoral amplia a atenção sobre a família Riva.

Enquanto Jéssica busca uma vaga na Assembleia, Janaína trabalha para disputar o Senado.

A dupla movimentação pode ampliar o espaço político do grupo familiar, mas também exigirá uma estratégia eleitoral capaz de evitar conflitos entre bases e interesses regionais.

As duas candidaturas não disputam diretamente o mesmo cargo, mas podem compartilhar lideranças, estruturas e eleitores.

Um dos fatores que pode favorecer Jéssica é o alto número de eleitores que ainda não escolheu candidato.

Na pesquisa em que aparece com 0,5%, 69,1% dos entrevistados não indicaram um nome.

Isso significa que existe uma parcela expressiva do eleitorado ainda disponível para ser conquistada.

Por outro lado, a mesma situação vale para todos os concorrentes. O espaço aberto nas pesquisas pode beneficiar tanto candidatos que já começaram a crescer quanto nomes que possuem estruturas políticas consolidadas.

Por isso, os percentuais atuais não permitem projetar quem estará entre os eleitos.

A principal questão para Jéssica será transformar o conhecimento do nome em intenção de voto e, posteriormente, em votos nas urnas.

O sobrenome Riva

pode ajudar nesse processo, mas não garante resultado eleitoral.

A candidata precisará ampliar sua exposição, apresentar propostas, conquistar lideranças e construir uma rede de apoio capaz de alcançar diferentes municípios.

Em uma eleição com dezenas de candidatos, também será necessário disputar espaço dentro do próprio MDB.

A candidatura de Jéssica Riva ainda está em fase de construção.

Os levantamentos citados mostram que ela já aparece no radar dos eleitores, mas os percentuais ainda estão distantes de indicar uma eleição garantida.

A vantagem está no fato de que uma parcela significativa do eleitorado ainda não definiu seu voto.

Se conseguir ampliar o reconhecimento do nome, consolidar alianças no interior e fortalecer sua presença dentro do MDB, Jéssica poderá chegar à campanha oficial em condições mais competitivas.

A disputa pela Assembleia, no entanto, deve permanecer aberta até os meses finais.

Por enquanto, o principal movimento é a entrada de Jéssica Riva no jogo eleitoral. A empresária ainda precisa transformar o crescimento registrado nas pesquisas em uma votação suficiente para conquistar uma das 24 cadeiras da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

POSSÍVEL MUDANÇA NO CENÁRIO

REDAÇÃO

Projeções apontam renovação de até 50% na Assembleia Legislativa de Mato Grosso em 2026

Disputa pelas 24 cadeiras da ALMT promete ser uma das mais acirradas dos últimos anos, impulsionada pela entrada de ex-prefeitos, trocas partidárias e projetos ao Senado.

A eleição de 2026 pode provocar uma das maiores reconfigurações na história recente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT). Análises políticas e articulações em torno das chapas proporcionais indicam que o Legislativo estadual pode registrar uma taxa de renovação próxima a 50%. Caso a tendência se confirme nas urnas, cerca de metade dos 24 parlamentares atuais não retornará ao plenário na próxima legislatura, que se inicia em 2027.

Embora os atuais deputados contem com a vantagem da visibilidade, uso da estrutura do mandato e bases consolidadas, a disputa ganha contornos imprevisíveis com a entrada de novos atores competitivos. O cenário reúne ex-prefeitos com forte apelo regional, vereadores de grandes centros, empresários e lideranças setoriais com musculatura política para disputar cada vaga.

Pesquisas de intenção de voto divulgadas ao longo do ano refletem um eleitorado altamente indeciso na modalidade espontânea. Amostras do instituto MT Dados mostram os primeiros colocados com percentuais baixos — como o deputado Lúdio Cabral registrando 1,9%, seguido por Max Russi (1,4%) e Eduardo Botelho (1,1%). O cenário evidencia que a grande maioria dos eleitores mato-grossenses ainda não definiu seu candidato a deputado estadual, abrindo espaço para mudanças expressivas durante o período de campanha.

A dinâmica da eleição proporcional também amplia as incertezas. A conquista da vaga não depende exclusivamente da votação individual do candidato, mas do quociente partidário alcançado pela legenda ou federação. Com isso, parlamentares tradicionais situados em chapas “pesadas” (com excesso de candidatos competitivos)



enfrentam risco direto de ficar fora da lista final.

Um dos principais motores dessa projeção de mudança é a presença de ex-gestores municipais no pleito. O movimento segue uma tendência nacional registrada em 2026, na qual dezenas de prefeitos renunciaram aos mandatos para disputar vagas nos legislativos estaduais. Por carregarem o recall de gestões recentes e alianças

consolidadas em suas regiões, ex-prefeitos chegam à disputa com potencial para superar a votação de deputados que buscam a reeleição.

Outro fator determinante foi a movimentação ocorrida durante a janela partidária, quando 11 dos 24 deputados estaduais alteraram suas filiações. As trocas visaram garantir sobrevivência eleitoral em legendas com melhor projeção de

bancada. Partidos como o PL, por exemplo, estruturaram estratégias ostensivas para ampliar o número de cadeiras na Casa, elevando a pressão sobre os ocupantes das vagas.

A reconfiguração do plenário também é impulsionada por parlamentares que decidiram alçar voos maiores. A movimentação da deputada Janaína Riva — tradicionalmente uma das candidatas mais vota-

das do estado — em direção à disputa pelo Senado altera a distribuição proporcional de votos na ALMT. Sem sua presença na disputa proporcional, centenas de milhares de votos tendem a se redistribuir entre outras candidaturas. Especulações semelhantes envolvendo nomes como o do deputado Júlio Campos também mantêm o xadrez político em aberto.

Paralelamente, a corrida pela ALMT será marcada por um embate de territorialidade. Enquanto candidatos da Baixada Cuiabana concentram esforços em Cuiabá e Várzea Grande, lideranças do interior apostam na fidelização de seus currais eleitorais. O uso intensivo de plataformas digitais surge como ferramenta complementar, mas especialistas reforçam que a presença territorial e as alianças com vereadores e prefeitos continuam sendo os fatores decisivos para converter apelo popular em votos na urna.

PODE MUDAR O CENÁRIO

REDAÇÃO

Naco e Gaeco entram no radar da eleição e podem pressionar candidaturas ao Governo de Mato Grosso

Investigações em andamento e eventual surgimento de novas operações podem alterar o debate eleitoral, aumentar o desgaste de grupos políticos e influenciar a disputa pelo Palácio Paiaгуás

A corrida pelo Governo de Mato Grosso começa a entrar em uma etapa em que pesquisas, alianças e articulações políticas não são os únicos fatores observados pelos candidatos. O ambiente jurídico também passou a fazer parte das preocupações dos grupos que pretendem disputar o Palácio Paiaгуás em 2026.

Nesse contexto, o trabalho de órgãos como o Núcleo de Ações de Competência Originária (Naco) e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) pode ganhar peso no cenário eleitoral, especialmente caso novas investigações, operações ou decisões judiciais atinjam agentes públicos ou pessoas ligadas aos principais grupos políticos.

O ponto central, porém, é separar o impacto político de uma investigação de suas consequências jurídicas. Ser investigado não significa ser culpado, assim como uma investigação, por si só, não impede uma pessoa de disputar uma eleição.

O que pode mudar é o ambiente político.

Em uma eleição disputada, acontecimentos fora do campo eleitoral podem rapidamente se transformar em temas centrais da campanha.

Uma operação policial, uma denúncia apresentada pelo Ministério Público, a divulgação de documentos ou uma decisão judicial podem gerar ampla repercussão e obrigar determinado candidato a dedicar parte de sua campanha à explicação de fatos relacionados a ele ou a integrantes de seu grupo político.

O efeito pode ser ainda maior nas redes sociais, onde informações sobre processos e investigações circulam rapidamente e, muitas vezes, sem a contextualização necessária.

É nesse ponto que uma questão jurídica pode ganhar dimensão eleitoral.

Enquanto adversários podem utilizar o caso para questionar a imagem e a capacidade de gestão de um candidato, aliados tendem a destacar o princípio da presunção de inocência e defender que



qualquer acusação precisa ser analisada dentro do devido processo legal.

O Naco atua em procedimentos envolvendo autoridades que possuem prerrogativa de foro, enquanto o Gaeco é voltado à atuação especializada no combate ao crime organizado e a crimes de maior complexidade.

Ao longo dos últimos anos, os órgãos participaram de investigações envolvendo agentes públicos, empresários, contratos e estruturas administrativas em Mato Grosso.

Esse histórico faz com que qualquer nova movimentação seja acompanhada com atenção pelo meio político.

A eventual abertura ou avanço de uma investigação envolvendo um nome de destaque da eleição, entretanto, não permite concluir antecipadamente pela existência de crime ou responsabilidade do investigado. A apuração existe justamente para esclarecer os fatos.

Mesmo sem uma condenação, uma investigação de grande repercussão pode provocar desgaste eleitoral.

Esse é um dos principais receios dos grupos que estarão na disputa.

Em uma campanha para governador, a imagem do candidato possui peso significativo. Questões relacionadas a contratos públicos, suspeitas de irregularidades,

corrupção ou utilização indevida de recursos podem ser exploradas politicamente pelos adversários.

Por outro lado, uma acusação sem comprovação definitiva também pode ser contestada pelo candidato atingido.

Por isso, a forma como o caso é apresentado ao eleitor pode ser tão importante quanto o próprio processo.

Do ponto de vista eleitoral, é necessário fazer outra distinção.

Uma pessoa estar sendo investigada não significa automaticamente que esteja impedida de concorrer. A inelegibilidade depende do enquadramento jurídico de cada caso e das decisões tomadas pelas autoridades competentes, conforme a legislação eleitoral.

Também é preciso diferenciar investigação, denúncia, processo e condenação.

Cada etapa possui consequências jurídicas diferentes.

A situação de uma candidatura pode ser acompanhada oficialmente por meio do sistema de divulgação da Justiça Eleitoral, que reúne informações sobre registros e processos relacionados aos candidatos.

Assim, eventual impedimento eleitoral não pode ser definido apenas por discursos de adversários ou publicações nas redes sociais.

Outro fator que pode pesar durante a campanha é a relação dos candidatos com aliados.

Uma candidatura ao Governo do Estado envolve prefeitos, deputados, vereadores, empresários, dirigentes partidários e integrantes da administração pública.

Caso uma investigação alcance alguém politicamente próximo de determinado candidato, os adversários podem tentar associar o episódio ao grupo político.

Isso, porém, não significa que o candidato tenha responsabilidade pelos atos atribuídos a terceiros.

A associação é essencialmente política e pode ser utilizada como argumento eleitoral.

A disputa de 2026 também será marcada por uma forte presença das redes sociais.

Um novo episódio envolvendo investigação ou decisão judicial pode se tornar assunto dominante em poucas horas.

Vídeos, documentos, trechos de processos e declarações de autoridades podem ser compartilhados milhares de vezes antes mesmo que todas as informações sejam devidamente contextualizadas.

Nesse ambiente, candidatos podem ganhar ou perder espaço rapidamente.

A disputa deixa de ser apenas pela preferência do eleitor e passa a envolver também a cons-

trução da narrativa sobre cada episódio.

O impacto potencial aumenta à medida que a eleição se aproxima.

Caso um novo episódio jurídico de grande repercussão ocorra durante a campanha, o assunto pode alterar a agenda dos candidatos e mudar o foco do debate.

Uma candidatura em crescimento pode ser obrigada a interromper a trajetória para responder às acusações.

Outra, que esteja atrás nas pesquisas, pode aproveitar o momento para se apresentar como alternativa.

Em uma disputa equilibrada, acontecimentos dessa natureza podem produzir efeitos significativos sobre a intenção de voto, principalmente entre eleitores que ainda não definiram sua escolha.

Caso algum candidato tenha sua situação eleitoral questionada, caberá à Justiça Eleitoral analisar o caso conforme a legislação.

Isso torna importante acompanhar não apenas manchetes e declarações políticas, mas também as decisões oficiais relacionadas aos processos.

A existência de uma investigação deve ser tratada como investigação. Uma denúncia deve ser apresentada como denúncia. E uma eventual condenação somente pode ser tratada como tal quando houver decisão judicial correspondente.

Essa distinção é fundamental para evitar que o debate eleitoral transforme suspeitas em condenações antecipadas.

Até o momento, não é possível afirmar que uma eventual investigação específica será responsável por retirar qualquer candidato da disputa pelo Governo de Mato Grosso.

Também não é possível prever se novas operações ocorrerão ou quais pessoas poderiam ser alcançadas por futuras apurações.

O que existe é um ambiente de atenção.

Os grupos políticos sabem que qualquer fato de grande repercussão pode interferir na corrida eleitoral, principalmente em uma eleição na qual as diferenças entre os candidatos podem ser pequenas.

Por isso, movimentações do Ministério Público, da Polícia Civil, da Justiça e dos órgãos de controle tendem a ser acompanhadas de perto pelos partidos.

A disputa pelo Palácio Paiaгуás ainda está aberta e deverá passar por novas pesquisas, alianças e mudanças de cenário até a votação.

Nesse processo, os candidatos terão de lidar não apenas com adversários políticos, mas também com eventuais questionamentos jurídicos que possam surgir ao longo da campanha.

Naco e Gaeco não participam da disputa eleitoral e devem atuar de acordo com critérios técnicos e legais, independentemente do calendário político.

Mas os resultados de suas investigações podem produzir efeitos políticos.

Em uma eleição apertada, um novo fato jurídico pode mudar o assunto principal da campanha, alterar estratégias, provocar desgaste e até modificar a percepção do eleitor.

Por enquanto, o cenário não permite apontar uma candidatura específica como ameaçada.

O que os bastidores da política mato-grossense já demonstram é que, em 2026, além das urnas, pesquisas e alianças, o ambiente jurídico também será um fator que os candidatos precisarão acompanhar de perto.



VAMOS CANCELAR A DENGUE DE VEZ.



COLOQUE AREIA NOS PRATINHOS DAS PLANTAS



ELIMINE FOCOS DE ÁGUA PARADA E CUBRA PNEUS E GARRAFAS



LIMPE CALHAS, PISCINAS E QUINTAIS





DESIGUALDADE E RESPONSABILIDADE

REDAÇÃO

Família Maggi já colocou R\$ 1 milhão no futebol, mas debate sobre pobreza expõe contraste social

Episódio envolvendo o empresário Elusmar Maggi expõe os dois extremos do estado: a pujança do agronegócio e a permanência da vulnerabilidade social.

O episódio em que o empresário Elusmar Maggi Scheffer doou R\$ 1 milhão ao Sport Club Internacional voltou a circular como ponto de reflexão sobre os contrastes socioeconômicos de Mato Grosso. O aporte, realizado em fevereiro de 2021 para custear a multa contratual do lateral Rodinei em uma partida contra o Flamengo, é frequentemente resgatado em discussões públicas sobre o papel de grandes fortunas privadas diante de problemas estruturais como a pobreza e a fome.

O valor, transferido ao clube gaúcho sem contrapartida comercial, foi comemorado pela torcida colorada na época e destacado como um gesto de paixão esportiva. Sob a ótica jurídica e individual, a destinação de patrimônio privado para causas esportivas



é plenamente legítima. No entanto, analistas sociais e internautas costumam confrontar a rapidez desse tipo de mobilização com os desafios enfrentados por populações em situação de extrema vulnerabilidade no estado.

A discrepância entre a pujança do agro e a vulnerabilidade urbana

Elusmar Maggi é sócio do Grupo Bom Futuro, irmão do empresário Eraí Maggi e primo do ex-governador e ex-ministro Blai-

ro Maggi, nomes centrais do agronegócio brasileiro. A enorme capacidade de geração de riqueza do setor em Mato Grosso — estado líder na produção nacional de grãos — contrasta diretamente com cenários urbanos

precários, simbolizados por episódios recorrentes de insegurança alimentar gravíssima na Baixada Cuiabana.

O cerne da contradição reside na capacidade de impacto do capital privado:

- No ambiente esportivo: R\$ 1 milhão viabilizou a atuação de um atleta em noventa minutos de jogo.

- No setor social: a mesma quantia poderia custear milhares de cestas básicas, garantir a manutenção de cozinhas comunitárias por meses ou financiar programas de capacitação e geração de renda para famílias sem fonte de subsistência.

Entre o dever do Estado e a filantropia privada

Especialistas em políticas públicas ressaltam que o combate à desigualdade, à fome e ao desemprego é dever primário do

Estado, por meio de investimentos públicos, assistência social e tributação progressiva. A atuação do setor privado via doações voluntárias ou ações de responsabilidade social corporativa atua de forma complementar, sem substituir a função do poder público.

Ainda assim, o debate que ressurgue ciclicamente em torno da família Maggi e de outros grandes grupos do agronegócio questiona o legado social construído por fortunas erguidas no solo mato-grossense. Em um estado que ostenta recordes de exportação e faturamento bilionário, a convivência com bolsões de miséria lança provocações constantes sobre como a iniciativa privada pode estruturar fundos permanentes e de alto impacto para mitigar a vulnerabilidade local.

NA CRESCENTE

REDAÇÃO

Mauro Savi cresce nas pesquisas e entra na disputa pelas primeiras posições da AL-MT

Ex-deputado volta a ganhar espaço no eleitorado, fortalece articulações no interior e passa a ser considerado um dos nomes competitivos para a Assembleia em 2026

A disputa por uma das 24 cadeiras da Assembleia Legislativa de Mato Grosso começa a ganhar novos contornos com o crescimento do ex-deputado Mauro Savi. Após ficar afastado das últimas disputas eleitorais, ele voltou a aparecer entre os nomes mais lembrados pelos eleitores e passou a chamar atenção nas articulações para 2026.

Em pesquisa espontânea divulgada pela Percent Brasil em julho, Savi registrou 1,6% das intenções de voto. O resultado o colocou à frente de alguns parlamentares que atualmente ocupam cadeira na Assembleia e reforçou sua posição como um dos candidatos que buscam retornar ao Legislativo.

O desempenho, porém, ainda não permite afirmar que Savi será o deputado mais votado. A disputa permanece aberta e reúne nomes com diferentes níveis de estrutura política e bases eleitorais espalhadas pelo Estado.

Mauro Savi construiu sua trajetória política principalmente no interior de Mato Grosso, especialmente na região Norte. Ao longo da carreira, exerceu quatro mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa.

A experiência parlamentar e a rede de contatos formada durante esse período são apontadas como alguns dos principais ativos de sua pré-candidatura.

O desafio agora é transformar essa estrutura histórica em uma votação estadual mais ampla. Para isso, Savi busca recuperar antigos apoios e estabelecer novas alianças com lideranças municipais.



Outro levantamento da Percent Brasil, realizado entre 17 e 23 de agosto e registrado sob o número MT-03833/2026, também colocou o ex-deputado entre os nomes mais lembrados dentro do Podemos.

Na pesquisa, Savi aparece próximo de parlamentares que já possuem mandato, mantendo-se competitivo dentro do cenário apresentado pelo levantamento.

Os números indicam que o ex-deputado conseguiu recuperar parte da lembrança eleitoral mesmo depois de um período afastado das disputas.

Esse fator tem importância em pesquisas espontâneas, nas quais o entrevistado não recebe uma lista de candidatos e precisa mencionar os nomes de memória.

A possibilidade de Savi terminar entre os candidatos mais votados começa a ser discutida nos bastidores, mas ainda depende da evolução da

campanha.

Levantamentos citados na pré-campanha apresentam nomes como Lúdio Cabral, Max Russi e Eduardo Botelho entre os mais lembrados, mostrando que a disputa pelas primeiras posições reúne políticos com forte presença eleitoral.

Savi, portanto, precisará manter o ritmo de crescimento para transformar a atual competitividade em uma posição efetiva entre os líderes da votação.

Sorriso e municípios do Médio-Norte permanecem importantes para a estratégia eleitoral de Savi.

A região representa parte significativa da trajetória política do ex-deputado e pode funcionar como ponto de partida para a reconstrução de sua base.

Para disputar as primeiras posições da votação estadual, entretanto, será necessário ampliar o

alcance para outras regiões.

Prefeitos, vereadores, lideranças comunitárias e grupos políticos municipais serão importantes nesse processo. Quanto maior a presença de Savi em diferentes municípios, maior será a possibilidade de transformar apoio político em votos.

A saúde pública também aparece como uma das pautas associadas à trajetória parlamentar de Mauro Savi.

Durante os mandatos anteriores, o ex-deputado esteve relacionado a iniciativas na área, incluindo leis referentes aos testes do olhinho e da linguinha.

A defesa de uma estrutura de saúde mais próxima da população do interior pode voltar a ocupar espaço na campanha, especialmente em municípios que enfrentam dificuldades para oferecer determinados serviços especializados.

A estratégia pode ajudar Savi a recuperar a identificação com eleitores que acompanharam sua atuação em mandatos anteriores.

O retorno ao cenário eleitoral ocorre depois de um período sem disputar uma eleição para a Assembleia.

Nesse intervalo, novas lideranças surgiram e outros políticos consolidaram bases eleitorais.

Savi terá, portanto, de conciliar dois fatores: a experiência e o reconhecimento construídos no passado com a necessidade de reconquistar espaço diante de um eleitorado que também passou por mudanças.

O fato de voltar a aparecer espontaneamente nas pesquisas indica que seu nome ainda possui presença eleitoral, mas a campanha precisará demonstrar se essa lembrança será suficiente para produzir uma votação expressiva.

A disputa pela Assembleia possui uma característica diferente da eleição majoritária. Não basta apenas aparecer bem individualmente nas pesquisas.

A composição partidária e o desempenho das chapas também influenciavam diretamente a possibilidade de eleição.

Por isso, a estratégia de Savi dependerá não apenas de sua votação pessoal, mas também da capacidade do partido de construir uma chapa competitiva.

A distribuição dos candidatos pelo Estado e a concentração ou dispersão dos votos poderão influenciar o resultado final.

A volta de Savi ao gru-

po de candidatos competitivos também aumenta a pressão sobre quem já possui mandato.

Um ex-deputado que consegue recuperar espaço nas pesquisas pode ocupar parte do eleitorado tradicionalmente disputado pelos atuais parlamentares.

Além disso, sua experiência política pode facilitar a construção de alianças municipais e a negociação com lideranças que já trabalharam com ele em eleições anteriores.

Isso não significa que a eleição esteja definida, mas coloca Savi novamente no radar dos principais concorrentes.

Com a aproximação da campanha, o principal desafio de Mauro Savi será transformar os sinais apresentados pelas pesquisas em uma votação capaz de garantir seu retorno à Assembleia.

Para isso, terá de manter a força no Nortão, ampliar sua presença em outras regiões e consolidar alianças políticas.

A disputa pelo posto de candidato mais votado ainda envolve diversos nomes e pode mudar ao longo dos próximos meses.

Savi, porém, já conseguiu um primeiro objetivo: voltar a ser lembrado pelo eleitorado.

Se conseguir manter o crescimento e ampliar sua base, poderá não apenas retornar à Assembleia Legislativa, mas também entrar na disputa pelas primeiras posições da votação.

Por enquanto, as pesquisas apontam para uma candidatura competitiva. A posição definitiva no ranking, entretanto, será conhecida somente com a apuração dos votos.

ELEIÇÃO 2026

DA REDAÇÃO

Aliados de Wellington Fagundes ensaiam debandada e apoio a Otaviano Pivetta; movimento pode mexer no tabuleiro eleitoral

Mudanças de grupo, aproximações e conversas de bastidores começam a redesenhar o cenário para a disputa pelo Governo de Mato Grosso



A disputa pelo Governo de Mato Grosso começa a ganhar novos contornos com a intensificação das articulações entre grupos políticos. Nos bastidores, lideranças que mantêm proximidade com o senador Wellington Fagundes passaram a ser citadas em conversas sobre uma possível aproximação com o vice-governador Otaviano Pivetta.

Até o momento, o movimento não representa uma ruptura formal de todo o grupo ligado a Wellington. As negociações ainda estão em andamento e, antes da definição das candidaturas e alianças, é comum que lideranças mantenham diálogo com diferentes pré-candidatos.

Mesmo assim, eventuais mudanças de apoio podem ter impacto na disputa, principalmente se envolverem prefeitos, deputados, vereadores, dirigentes partidários ou lideranças com influência regional.

A formação de alianças deverá ser um dos principais fatores da eleição estadual. Além da escolha dos candidatos ao Governo, os partidos precisarão definir estratégias para as duas vagas ao Senado e para a disputa proporcional.

Nesse cenário, a capacidade de cada pré-candidato de reunir grupos políticos de diferentes regiões pode fazer diferença na campanha.

Pivetta busca ampliar sua base para além dos setores que tradicionalmente estiveram próximos de seu grupo. Uma eventual adesão de lideranças atualmente alinhadas a Wellington poderia reforçar sua estrutura eleitoral e ampliar sua pre-

sença em municípios onde a disputa ainda está aberta.

Por outro lado, Wellington terá como desafio preservar sua base e evitar que eventuais mudanças individuais se transformem em uma sequência maior de afastamentos.

Apesar do peso das alianças, uma declaração de apoio de uma liderança não significa, necessariamente, transferência automática de votos.

Prefeitos, deputados e vereadores podem exercer influência sobre seus grupos políticos, mas o eleitor não é obrigado a seguir a orientação de uma liderança. Por isso, o peso de cada adesão depende também da capacidade de mobilização, da presença regional e da reputação política de quem anuncia o

apoio.

Ainda assim, uma rede de aliados pode oferecer vantagens importantes durante uma campanha, como estrutura nos municípios, organização de eventos, articulação regional e maior presença política.

A disputa pelo Governo também deverá ser fortemente influenciada pelas articulações no interior de Mato Grosso.

Tanto Wellington quanto Pivetta possuem trajetória política construída em diferentes regiões do Estado. A capacidade de montar palanques municipais e reunir lideranças locais será um dos desafios das duas pré-candidaturas.

A capital, naturalmente, terá peso eleitoral, mas uma campanha competitiva precisará alcançar di-

ferentes regiões e dialogar com eleitorados que possuem características econômicas e políticas distintas.

Por isso, a mudança de posição de uma liderança regional pode ter importância estratégica, principalmente quando ela estiver inserida em uma rede política formada por prefeitos, vereadores e outras lideranças municipais.

Com uma longa trajetória política em Mato Grosso, Wellington Fagundes terá pela frente o desafio de manter unificado o grupo que pretende sustentar seu projeto eleitoral. Qualquer perda de aliados considerados estratégicos poderá ser explorada pelos adversários como sinal de enfraquecimento. Ao mesmo tempo, a permanência de li-

deranças importantes ao seu lado poderá funcionar como demonstração de força e estabilidade.

O impacto dependerá, portanto, da dimensão dos eventuais movimentos.

Uma saída isolada dificilmente altera sozinho uma eleição. Já uma sequência de adesões de nomes com influência em diferentes regiões pode mudar a percepção sobre a capacidade de crescimento de uma candidatura.

Para Pivetta, o desafio será converter eventuais aproximações em uma estrutura política capaz de sustentar uma campanha estadual.

O vice-governador poderá utilizar sua experiência na administração estadual como parte de sua estratégia eleitoral, ao mesmo tempo em que precisará apresentar um projeto capaz de atrair grupos que não fazem parte de sua base tradicional.

Nesse processo, cada nova aliança poderá ser analisada não apenas pelo nome envolvido, mas pela capacidade de agregar apoio em determinada região.

As duas vagas ao Senado que estarão em disputa em 2026 também devem entrar nas negociações entre os grupos.

A formação das chapas majoritárias poderá aproximar ou afastar lideranças, já que partidos e candidatos precisarão conciliar interesses nas disputas pelo Governo, Senado e Assem-

bleia Legislativa.

Com isso, uma eventual mudança de grupo não necessariamente estará relacionada apenas à escolha do candidato ao Palácio Paiaguás. As negociações podem envolver projetos para diferentes cargos e alianças partidárias mais amplas.

Apesar das movimentações nos bastidores, o cenário eleitoral ainda não está definido. Apoios podem ser anunciados, retirados ou redirecionados até que as candidaturas e alianças sejam formalizadas.

Por isso, uma eventual aproximação entre aliados de Wellington e Pivetta deve ser observada pelo tamanho e pela relevância política das adesões, e não apenas pela quantidade de nomes envolvidos.

O principal efeito de uma mudança de grupo pode ocorrer quando ela passa a influenciar outras lideranças. Uma adesão pode estimular novas conversas e alterar a percepção sobre qual candidatura tem maior capacidade de crescimento.

Por enquanto, o que existe é um cenário de articulação e disputa por espaço.

As próximas definições partidárias e as alianças que serão efetivamente formalizadas deverão mostrar se as atuais conversas representam apenas movimentos pontuais ou o início de uma mudança mais ampla no tabuleiro eleitoral de Mato Grosso.

DE UM MILHÃO DE ACESSOS

www.copopular.com.br

Popular 26 ANOS